

POLÍTICA DE COTAS RACIAIS PARA O INGRESSO EM UNIVERSIDADES: MAPEAMENTO DISCURSIVO DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO¹

Aline de Sousa Santos Almeida (1); Cynthia Helena Chaves Oliveira (2); Prof. Dr. Ramon Luis de Santana Alcântara (3)

Universidade Federal do Maranhão – UFMA, aliny18sousa@gmail.com, cynthiahcoliveira@gmail.com, ramon.lsa@ufma.br

RESUMO: O presente trabalho é um recorte de um projeto de pesquisa que tem por título “Entre o Ensino Médio e a Universidade: Política de Cotas Raciais e Discursos de Autoafirmação de Estudantes Negros”, todavia, deter-nos-emos aqui, aos discursos que são construídos acerca da política de cotas raciais para o ingresso ao ensino superior. A pesquisa foi realizada em Grajaú-MA, tendo como sujeitos colaboradores, alunos (as) do terceiro ano do Ensino Médio de uma escola pública e uma escola privada. A metodologia se pautou na aplicação de um questionário com indagações objetivas e subjetivas, em que, para dar fundamento aos dados coletados, norteou-se principalmente em: Alcântara (2015), Durans (2015), Quijano (2010), Santos (2010) e Teles (2015). Os resultados alcançados foram possíveis mediante uma abordagem qualitativa, onde demonstrou que a maioria dos discursos encontrados manifestou ser contra a política de cotas raciais.

Palavras-Chave: Política de Cotas; Discursos; Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

Este artigo é uma pesquisa exploratória inicial do projeto de pesquisa “Política de Cotas Raciais e Discursos de Autoafirmação de Estudantes Negros” que tem como objetivo analisar os discursos de estudantes negros do terceiro ano do ensino médio de escolas públicas em Grajaú acerca da política de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão, visando à construção de conhecimentos que pautem a política de cotas como uma conquista da luta pela igualdade racial. Todavia, o presente trabalho se restringirá a analisar os discursos de estudantes – independentes de gênero, cor ou raça – do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública e de uma escola privada em Grajaú acerca da política de cotas raciais.

É sabido que negros e índios têm sofrido um processo histórico de discriminação no sistema educacional, visto que, essa parte da população brasileira não recebeu e nem recebe um ensino de qualidade – na perspectiva da educação eurocêntrica – que os capacite para o ingresso ao ensino superior através de vestibulares. Partindo desse pensamento, foi criada a Política de Cotas do Ensino Superior brasileiro com base na Lei Federal n.º 12.711/2012, um modelo de ações afirmativas, que beneficia índios, pardos e negros no ingresso às universidades.

¹ Trabalho oriundo da pesquisa “Entre o ensino médio e a universidade: política de cotas raciais e discursos de autoafirmação de estudantes negros”, financiada pela FAPEMA.

O cenário atual, tanto em nível nacional, como estadual e municipal, é de investigação das mudanças que vem ocorrendo no contexto educacional após essa Lei. Pesquisas que investigam o entendimento e o posicionamento dos sujeitos da educação acerca das cotas também de fazem necessárias, a fim de se investigar como vem ocorrendo implementação. Nesse campo de investigação que este trabalho se situa.

Os procedimentos metodológicos se pautaram na aplicação de questionários contendo perguntas abertas e fechadas, onde os sujeitos selecionados foram alunos/as do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública, contabilizando 61 alunos e, alunos/as do terceiro ano do ensino médio de uma escola privada, contabilizando 15 alunos. Para dar corpo aos dados coletados, se utilizou da pesquisa bibliográfica, norteando-se principalmente nos seguintes autores: Alcântara (2015), Durans (2015), Quijano (2010), Santos (2010) e Teles (2015).

A pesquisa se deu de forma quantitativa quando se objetivou contabilizar: o número de estudantes negros, brancos, amarelos e indígenas presentes em cada turma; o conhecimento dos estudantes quanto à política de cotas raciais; a concordância e discordância com relação à política de cotas raciais e a pretensão em ingressar em uma universidade através das cotas raciais. E, se deu de forma qualitativa quando se buscou compreender quais os discursos estavam sendo construídos acerca da política de cotas e o porquê desses discursos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No ato de aplicação do questionário ao terceiro ano do ensino médio de duas escolas em Grajaú, obtiveram-se os seguintes resultados:

1. De acordo com os termos utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para indicar a questão étnico-racial, qual “cor ou raça” você se identifica?		
OPÇÕES:	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
Branco	14,75 %	40 %
Indígenas	1,64 %	0 %
Negros (pretos e pardos)	83,61 %	60 %
2. Você conhece a Política de Cotas Raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?		
OPÇÕES:	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
Sim	60,65 %	66,67 %
Não	36,06 %	20 %
Somente para negros	1,64 %	0 %
Somente para índios	1,64 %	13,33 %
3. Você concorda com a Política de Cotas Raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?		
OPÇÕES:	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
Sim	39,68 %	26,67 %

Não	42,86 %	40 %
Somente para negros	0 %	0 %
Somente para índios	0 %	13,33 %
Não sei responder	17,46 %	20 %
4. Você pretende ingressar em uma universidade através das cotas raciais?		
OPÇÕES:	ESCOLA PÚBLICA	ESCOLA PRIVADA
Sim	26,23 %	0 %
Não	52,46 %	86,67 %
Não sei responder	19,67 %	13,33 %
Em branco	1,64 %	0 %

Apesar dos dados serem pertinentes e passíveis de ampla discussão, adentrar-nos-emos apenas na questão étnico-racial que os estudantes se identificam e, na concordância/discordância para com a Política de Cotas Raciais, bem como suas justificativas, por se tratar de uma pesquisa exploratória inicial.

No que diz respeito à identificação dos estudantes do terceiro ano do ensino médio de uma escola pública de Grajaú, partindo da caracterização quanto a “cor ou raça” (termos utilizados pelo IBGE para indicar a questão étnico-racial), os dados demonstram que de 61 sujeitos pesquisados, 2 estudantes se declaram “amarelas”, 7 estudantes se declaram “brancas”, 1 estudante se declara “indígena”, 43 estudantes se declaram “pardas”, e, 8 estudantes se declaram “pretas”. Se colocados em porcentagem, têm-se: brancos (14,70 %), indígenas (1,64 %) e negros (83,61 %). Já quanto aos dados coletados no terceiro ano do ensino médio de uma escola privada em Grajaú, obteve-se de 15 sujeitos pesquisados, 4 estudantes que se declaram “amarelas”, 2 estudantes se declaram “brancas”, nenhum estudante se declara “indígena”, 7 estudantes se declaram “pardas”, e, 2 estudantes se declaram “pretas”. Percentualmente: brancos (40 %), indígenas (0 %) e negros (60 %). Comparando esses resultados com o Censo demográfico de 2010 do IBGE, podemos confirmar que os negros constituem uma maioria em se tratando da população grajauense, visto que, tanto na escola pública, quanto na escola privada, os mesmos encontram-se em maior número, pode-se aferir também, que a população branca ainda frequenta as melhores escolas, pois, na escola pública apenas 14,70 % se declaram brancos, quando na escola privada o percentual é 40 %. Percebe-se também, que há uma evasão escolar com relação aos estudantes indígenas, na escola pública apenas um estudante se declarou indígena, já na escola privada nenhum foi encontrado.

Quanto à questão étnico-racial, Quijano (2010) esclarece que se deriva de um padrão mundial do poder capitalista que está centrado na ideia de Colonialidade², insistindo, por sua vez, em uma classificação racial/étnica dos sujeitos, operando em todas as esferas, econômica, social,

² Colonialidade é um conceito vinculado ao Colonialismo, porém, mais duradouro, se trata da classificação racial e étnica.

cultural e política do Brasil. Esse ato de classificar os sujeitos tem gerado o crescimento da pobreza e da exclusão social. Para Apple (2005) apud Durans (2015), reconhecendo ou não, o currículo e as questões educacionais sempre estiveram ligados ao conflito de classes, raça, sexo e religião.

Sabe-se que há uma dívida social para com a população negra e indígena, visto que, estes, têm sido excluídos do acesso aos bens materiais e culturais produzidos na sociedade. A política de cotas raciais se originou das lutas do movimento negro e tem como objetivo compensar os danos causados às vítimas de discriminação racial no país durante todo o seu processo histórico. Todavia, com o surgimento do sistema de cotas raciais no ingresso ao ensino superior, aparecem no mesmo cenário os posicionamentos prós e contras essa política. No questionário aplicado aos estudantes do terceiro ano do ensino médio, indagou-se: “Você concorda com a Política de Cotas Raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?”. Como resposta, encontrou-se na escola pública 42,86 % posicionamentos estudantis contrários à política de cotas, quase o mesmo percentual da escola privada que, obteve 40 % dos estudantes se posicionando contra. Quando analisado o percentual de concordância/discordância entre somente os estudantes negros, esses resultados são ainda mais preocupantes, como se pode perceber abaixo:

Você concorda com a Política de Cotas Raciais para estudantes negros e índios entrarem na universidade?		
OPÇÕES:	ESTUDANTES NEGROS DA ESCOLA PÚBLICA	ESTUDANTES NEGROS DA ESCOLA PRIVADA
Sim	33,96 %	11,11 %
Não	47,17 %	55,56 %
Somente para negros	0 %	0 %
Somente para índios	1,89 %	11,11 %
Não sei responder	16,98 %	22,22 %

Dos resultados apresentados acima, compreende-se que a política de cotas raciais é vista como algo negativo para os alunos/as e não como uma conquista redutora das desigualdades raciais. Ao questionar se os estudantes concordavam com a política de cotas raciais, foi pedido para que justificassem tais respostas. Com base na pesquisa realizada, as justificativas contrárias à política de Cotas evidenciam três tipos de discursos: I) Não, somos todos iguais perante a Lei, então temos os mesmos direitos; II) Não, porque a política de cotas raciais gera mais preconceitos para com o negro e o índio; III) Não, todos temos a mesma capacidade então as cotas são desnecessárias. As justificativas favoráveis também se destrincharam em três grupos de pensamento: I) Sim, porque somos todos iguais; II) Sim, porque é uma forma de reduzir os danos históricos que sofreram e que

refletem até hoje; III) Sim, porque é uma oportunidade para que as minorias ingressem no ensino superior.

Nota-se que tanto as justificativas contrárias quanto as favoráveis às cotas, se pautaram no Princípio Constitucional da Igualdade, os estudantes que se utilizaram do princípio da isonomia para desmerecer a política de cotas raciais, provavelmente não têm conhecimento das injustiças cometidas com esses grupos étnicos no passado e que refletem em nossa sociedade até os dias atuais. Quanto à falta de conhecimento dos estudantes, Santos (2010) preconiza muito bem quando diz que a injustiça social está diretamente ligada à injustiça cognitiva global. Em se tratando do Princípio Constitucional da Igualdade, Teles (2015, p. 253) afirma que “a Política de Cotas brasileira, como Ação Afirmativa estatal, não é um instituto violador do Princípio Constitucional da Igualdade e é garantidora da manutenção do processo de minimização das desigualdades sociais e demais comportamentos segregacionistas”, portanto, as Cotas raciais precisam ser vistas como um símbolo de conquista e não de inferiorização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados expostos e analisados, compreende-se que ainda vivemos em uma sociedade perpassada pelo pensamento abissal³, onde os negros e os indígenas ainda compõem a camada inferior da sociedade. No desenrolar da pesquisa, notou-se que os estudantes percebem a política de cotas raciais como contribuinte para a exclusão social, todavia, ela visa compensar os danos causados ao longo da história a esses grupos étnico-raciais. De algum modo, tem sido construído discursos negativos a respeito das Cotas entre os estudantes, principalmente entre os estudantes negros que são parte da população que mais necessitam deste tipo de ações afirmativas para ingressarem nas universidades. Deste modo, vê-se a necessidade de intervenção do sistema educacional e dos/as professores/as no intuito de inserirem a educação das relações étnico-racial a fim de superarem a visão do senso comum quanto à questão racial e favorecer o respeito à diversidade, sendo possível, assim, a construção de um pensamento pós-abissal que, nada mais é, que um profundo exercício de autoreflexividade, buscando sempre questionar a realidade já conhecida para então poder superar as linhas abissais. Portanto, a política de cotas raciais não fere o Princípio Constitucional da Igualdade e deve ser vista como um meio que propicia a inclusão dos grupos étnico-raciais até então excluídos.

³ O pensamento abissal é uma concepção utilizada pelo autor Boaventura de Sousa Santos (2015) que se trata da invisibilidade das minorias perante a sociedade.

São essas problemáticas que motivam o aprofundamento dos estudos no projeto de pesquisa “Entre o Ensino Médio e a Universidade: Política de Cotas Raciais e Discursos de Autoafirmação de Estudantes Negros”.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Ramon Luis de Santana. Diversidade e Colonialidade em Grajaú-MA: Desafios para a Formação de Professores. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 1, p. 108-125, 2015.

CAMPOS, Luiz Augusto. “We have a dream” cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. **Rev. Soc. Pol.**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 53-73, fev. 2012.

DURANS, Claudicéa Alves. Políticas de ações afirmativas e a questão racial: a promoção da igualdade sócio-racial é possível por meio da educação? In: ENCONTRO NACIONAL DO CONNEABS / II JORNADA INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 2015, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <
http://www.30anosneabufma.com.br/resources/anais/6/1463056976_ARQUIVO_ArtigoparaoNEA_B.pdf > Acesso em: 28 set. 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

TELES, Tayson Ribeiro. Política de cotas do ensino superior brasileiro: uma análise percuciente in faciem do Princípio Constitucional da Igualdade. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**. Curitiba, 2015, vol. 7, n. 12, Jan.-Jun. p. 233-255.